Contribuições da produção acadêmica recente sobre remuneração docente para discussão da Meta 17 do PNE¹

Greyce Lara Pereira

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO – Brasil

Thiago Alves

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir a Meta 17 do PNE (2014-2024) a partir das pesquisas empíricas recentes sobre remuneração docente no que se refere às abordagens quanto ao nível salarial dos professores; à possível relação entre salário docente e qualidade em educação; e às alternativas metodológicas para avaliar o alcance da Meta 17. Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática dos trabalhos científicos produzidos no período de 1998 a 2015 na base de dados do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram analisados 17 trabalhos no total. Constatou-se que há duas grandes áreas que se debruçam sobre a remuneração docente: a educação e a economia. E por conta de enfoques de pesquisas e estratégias metodológicas diversas, as conclusões dos estudos empíricos são controversas e se situam entre os que asseveram que os professores são mal remunerados e trabalhos que refutam esta afirmativa, concluindo que os professores não são mal remunerados.

Palavras-chave: Remuneração Docente. Carreira de Professores. Valorização Salarial.

Contributions from recent academic production on the teachers remuneration for the discussion of target 17 of the national education plan

Abstract

This article aims to discuss the Target 17 of the National Education Plan (PNE) (2014-2024) based on recent empirical research on teacher remuneration. It concerns teachers' salary level; the possible relation between teacher salaries and quality in education; and, methodological alternatives to evaluate the achievement of Target 17. It was accomplished a systematic review of the scientific studies produced from 1998 to 2015 in the journals database of Coordination of Personnel Improvement in Higher Education (CAPES). Seventeen studies were analyzed. It was found that there are two major areas that focus on teacher remuneration: education and economy. Due to diverse research approaches and methodological strategies, the conclusions of these empirical studies are controversial and vary from those that assert that teachers are underpaid and studies that refute this claim, concluding that teachers are not underpaid.

Keywords: Teacher salary. Teacher career. Salary appreciation.

¹ Este artigo faz parte dos esforços da Pesquisa Nacional "Remuneração de professores de escolas públicas de educação básica no contexto do Fundeb e do PSPN", apoiado pelo Programa Observatório da Educação, do Ministério da Educação, por intermédio do Edital nº 049/2012/CAPES/INEP do qual os autores fazem parte.

Introdução

A Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009 (EC nº 59/2009) deu início a mudanças em termos de regulamentação para a gestão da educação pública brasileira, em especial com nova redação ao caput do artigo 214 da Constituição Federal de 1988. Como primeiro ponto importante desta alteração deve se ressaltar o lapso temporal de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) que passou de plurianual para decenal, indicando uma posição voltada para a construção de uma política de Estado, sendo tomado como referência para os planos plurianuais a nível local. O PNE já estava previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), mas ganhou relevância com a exigência constitucional, além de prever, a partir da EC nº 59/2009, a colaboração entre os entes federados. Além de a EC nº 59/2009 ter incluído o inciso VI ao artigo 214 da CF/1988 garantindo uma previsão percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o financiamento e aplicação dos recursos públicos em educação.

Com a regulamentação em termos constitucionais do PNE passou a ser possível a discussão em torno da construção de um Sistema Nacional de Educação (SNE), apesar da estrutura complexa do modelo federativo do Estado Brasileiro, uma vez que os estados, municípios e Distrito Federal têm como base para a elaboração local o PNE nacional, sendo necessária a aprovação em lei dos respectivos planos de cada ente federativo em sua delimitação territorial², devendo prever recursos orçamentários para a sua execução.

Diante deste contexto, planejar a educação pública brasileira requer cooperação entre os diversos setores da gestão pública, em especial em uma conjuntura de modelo gerencialista (BORBA, 2012) com valores relacionados à produtividade, orientação ao serviço e descentralização, além da aclamada eficiência e competitividade (BRESSER-PEREIRA, 2010). Tendo em vista este aspecto gerencialista, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE), traça metas nacionais que devem ser cumpridas até 2024 com o objetivo de aproximar os agentes públicos e a sociedade em geral em torno do debate da educação pública brasileira tanto nos estados, municípios e distrito da República.

O PNE, aprovado em 2014, tem um texto mais enxuto que o antecessor³, sendo composto por 10 diretrizes, 20 metas e, no corpo destas, inúmeras estratégias de ação, tendo como foco: ampliar o acesso a todos os níveis de ensino, do infantil ao superior, à população em geral; melhorar a qualidade da educação pública brasileira; e, valorizar o magistério público brasileiro, mediante políticas salariais e programas de formação profissional e continuada de professores.

Entre as 20 metas do PNE, há a Meta 17 que trata da valorização dos professores da educação básica em termos do salário destes profissionais, pretendendo até o sexto ano de vigência do PNE, equiparar, na média, os salários dos professores da educação básica pública aos salários de outros profissionais com escolaridade equivalente. Esta Meta coloca como ponto para a valorização dos profissionais do magistério o aspecto da remuneração.

² Vale ressaltar que o plano a ser aprovado por cada ente federativo tem base territorial e não por rede de ensino. Sendo assim, seria necessário um esforço de cada local, abarcando as escolas federais, municipais e estaduais, para aprovação de metas comuns pactuadas para aquele determinado espaço geográfico.

³ O Plano Nacional de Educação (2001-2010), introduzido pela Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, era composto por 295 metas que acabaram por dificultar sua implementação e seu acompanhamento pela sociedade brasileira.

Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE (PNE, 2014, p. 58).

O Plano indica como estratégias: a composição de um fórum permanente com representação da União, Estados, Municípios e Distrito Federal e dos trabalhadores da educação (estratégia 17.1 – PNE, 2014, p. 58) para acompanhamento da atualização da evolução salarial por meio de indicadores da PNAD do IBGE (estratégia 17.2 – PNE, 2014, p. 58); além de implementar plano de carreira e de forma gradual, o cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar (estratégia 17.3 – PNE, 2014, p. 58) e ampliar a assistência financeira da União aos entes federados para a valorização do profissional do magistério, em particular, para o cumprimento do PSPN (estratégia 17.4 – PNE, 2014, p. 59).

Vale ressaltar que a Meta 17 do PNE (2014-2024) reforça o que já está positivado pelo Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN, Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008), que regulamentou a diretriz da LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), demonstrando uma procrastinação por parte do gestor público em efetivar a valorização em termos salariais e de implantação gradual de plano de carreira⁴ para o magistério.

Um dos motivos apontados por parte dos gestores públicos é que há uma insuficiência de recursos para cumprir com as políticas públicas educacionais de valorização do magistério, resultando em apenas políticas de curto prazo em que se procura atender de forma provisória as demandas por melhoria da composição da remuneração docente por meio de gratificação, adicional, prêmio, entre outras denominações (MINHOTO; CAMARGO; JACOMINI, 2012). Mesmo com políticas de estado instituídas com o intuito de viabilizar o financiamento da educação, caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007) e o PSPN, há ainda dificuldades na implantação e sustentação de uma remuneração condigna aos docentes, já que o custo do salário dos professores representa cerca de 60% dos gastos das secretarias de educação (ALVES; PINTO, 2011).

Assim, é preciso reconhecer que um nível de remuneração para os docentes, em média equiparados aos de outros profissionais com nível de formação equivalente, é um aspecto fundamental para discutir tanto a valorização do magistério em termos sociais e econômicos quanto à qualidade da educação (PINTO, 2009).

Vale destacar o estudo técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014) em que se propõe a analisar as transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais da educação básica a partir de dados

⁴ Vale ressaltar a diferença entre estatuto e plano de carreira para compreensão do objeto de análise. A definição adotada no estudo de Jacomini; Minhoto e Camargo (2012) é a definição utilizada no trabalho de Dutra Júnior et al., em 2000, publicado pelo Ministério da Educação (MEC), em que se estabelece que o estatuto compreende normas que deverão regular a forma de ingresso do servidor na administração pública, as regras relativas ao período de avaliação em estágio probatório, os deveres na relação funcional e as responsabilidades cabíveis. Já o plano de carreira deve ser constituído por normas que regulam as condições de movimentação e progressão na carreira, a evolução da remuneração e a organização dos cargos que possibilite a compreensão da progressão funcional.

da PNAD do IBGE (recorte temporal de 2002 a 2013), apresentando a remuneração média como um dos aspectos desta transformação docente.

De acordo com os dados do Dieese (2014) houve um crescimento de 41,1% em termos reais na remuneração média dos professores estaduais e municipais no trabalho principal, passando de R\$ 1.249,22 para R\$ 1.762,33, destacando que o crescimento real do salário médio acima de 39% ocorreu em quatro regiões do Brasil, com exceção do Sudeste, local no qual este aumento foi de apenas 8,4%. Este aumento real no ganho médio dos docentes é explicado pela mobilização de trabalhadores da educação, pelo PSPN (Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008) e os repasses do Fundeb (Lei 11.494, de 2007).

Apesar disto, há ainda um esforço a ser empreendido por parte da gestão pública para se concretizar a Meta 17 do PNE (2014-2024), uma vez que o rendimento médio dos professores da educação básica na rede pública com ensino superior foi de R\$ 2.580,22 em 2013 e a dos demais profissionais com ensino superior completo foi de R\$ 4.306,68, sendo necessário em âmbito nacional “um reajuste médio que varia de 50,1% a 83,8%, para equiparar ao rendimento médio dos demais profissionais, conforme a rede de ensino” (DIEESE, 2014, p. 12). Os dados podem ser analisados na Tabela 01, extraído da Nota Técnica nº 14 do Dieese (2014).

Tabela 1 – Rendimento no trabalho principal dos professores das redes estaduais e municipais com ensino superior completo em relação ao rendimento médio no trabalho principal dos demais profissionais com escolaridade equivalente, jornada de 40 horas semanais – Brasil e Regiões – 2013

Regiões	Rendimento Médio dos Professores		Rendimento Médio dos Demais Profissionais	Variação necessária para equiparar a remuneração docente a dos demais profissionais	
	Redes Estaduais	Redes Municipais		Redes Estaduais	Redes Municipais
Brasil	R\$ 2.869,29	R\$ 2.342,58	R\$ 4.306,68	50,1%	83,8%
Norte	R\$ 2.877,71	R\$ 2.122,89	R\$ 3.475,09	20,8%	63,7%
Nordeste	R\$ 2.560,96	R\$ 2.211,66	R\$ 3.730,18	45,7%	68,7%
Sudeste	R\$ 2.516,31	R\$ 2.465,12	R\$ 4.220,14	67,7%	71,2%
Sul	R\$ 2.803,43	R\$ 2.508,47	R\$ 3.991,74	42,4%	59,1%
Centro-Oeste	R\$ 3.951,17	R\$ 2.522,60	R\$ 4.849,14	22,7%	92,2%

Fonte: Nota Técnica, n. 14, Dieese (2014).

Neste sentido, este artigo tem como objetivo discutir a Meta 17 do PNE (2014-2024) a partir das pesquisas empíricas recentes sobre remuneração docente no que se refere às abordagens quanto ao nível salarial dos professores, a possível relação entre salário docente e qualidade em educação e as alternativas metodológicas para avaliar o alcance da Meta 17.

Método

Para compreender a remuneração do magistério brasileiro foi realizado, ainda que de forma inicial, uma revisão sistemática dos artigos científicos sobre a remuneração dos professores da educação básica. A partir deste objetivo de investigação foi realizada uma busca no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma vez que este compila um grande acervo de revistas nacionais e internacionais em suas bases de dados. Segundo ensinamentos de Sampaio e Mancini (2007), a revisão sistemática

baseia-se em uma questão claramente formulada, utilizando para isso métodos sistemáticos e explícitos para identificar as inferências com relação à questão de pesquisa, selecionando e avaliando pesquisas que possam ser relevantes para o objeto de investigação, além de coletar e analisar dados de estudos incluídos na revisão.

Esta sistematização proposta por Sampaio e Mancini (2007) baseia-se na descrição e elaboração indicada por M. Clarke, em estudo publicado em 2001. Assim, a revisão sistemática possibilita a análise de resultados mais amplos da leitura de diversos trabalhos ao longo de determinado tempo de forma explícita, colaborando com a superação de conclusões baseadas em estudos de alguns artigos.

A revisão aqui proposta analisou artigos encontrados na base de dados do portal de periódicos da CAPES, disponível para consulta no seguinte sítio eletrônico: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. A pesquisa baseou-se nas seguintes palavras-chave para consulta: remuneração docente, salário de professores e valorização salarial combinado com magistério. O total de 82 publicações (artigos em periódicos, artigos em anais de eventos, dissertações e teses) foi retornado considerando as palavras-chave utilizadas para busca por assunto. Dos artigos retornados, 37 eram resultado da busca com a palavra-chave composta remuneração docente; 36 são resultados da palavra-chave salário de professores e nove eram resultado da palavra-chave valorização salarial combinado com magistério. Vale ressaltar que desde a primeira consulta foi determinado para a busca retornar apenas trabalhos revisados por pares.

Na análise dos periódicos retornados, foi determinado, de forma concomitante com as palavras-chave, o filtro baseado no período de tempo para a consulta, sendo de 1998 a 2015, por conta da política de fundo vigente para o financiamento da educação básica, no caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) de 1998 a 2006 e, posteriormente, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a partir de 2007. Por fim, retirando os trabalhos repetidos, após a leitura dos resumos dos artigos retornados pela pesquisa com as palavras-chave indicadas, focou-se nos artigos científicos, dissertações, teses e notas de estudo que analisam diretamente a remuneração e a valorização salarial docente na educação básica, sendo 17 trabalhos no total, dos quais há uma tese de doutorado, uma dissertação de mestrado, um livro e 14 artigos científicos de natureza empírica.

Os trabalhos empíricos enfocados foram estudados a partir das seguintes categorias analíticas: a) o contexto em que a pesquisa foi realizada pelos autores; b) os objetivos propostos no levantamento da pesquisa, identificando se houve uma discussão sobre a possível relação entre qualidade da educação e remuneração; c) comparação do nível salarial em relação a outras profissões e d) o método utilizado para a realização da pesquisa, com relação à fonte de dados, à estratégia de pesquisa e às técnicas de análise de dados.

Um balanço das pesquisas sobre remuneração do docente da Educação Básica no Brasil (1998-2015)

Historicamente o Brasil vive um processo de conflito quanto à questão da remuneração do professor, no qual vários atores sociais⁵ digladiam na arena pública. Desde 1823, há crescentes críticas quanto às ínfimas remunerações pagas aos professores, sendo que o Estado a justifica pela impossibilidade do erário público de arcar com tal investimento, já que com a expansão de matrículas se faz cada vez mais necessário o aumento na contratação de mestres para suprir a demanda por um ensino formal (MONLEVADE, 2000, p. 62). Neste diapasão, os professores acabam por buscar o aumento da jornada de trabalho, por meio de turmas adicionais na rede de ensino em que já trabalham ou acumulando função na mesma ou em outra rede, com o objetivo de auferir ganhos adicionais (MONLEVADE, 2000).

A tese de doutorado de Monlevade (2000) investiga o processo de “desvalorização” ocorrido a partir de 1950 no Brasil com a carreira docente, enfocando a luta dos sindicatos e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) com enfoque para a “revalorização” social dos professores, em especial com atenção para a construção histórica e social do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Sendo assim, a questão que norteia o estudo de Monlevade (2000) é investigar o salário que a sociedade brasileira pode pagar aos professores, preocupando-se com o trato histórico da questão, além de atenção às lutas no contexto das políticas públicas restritivas de gasto nos recentes governos democráticos. A escolha metodológica de Monlevade (2000) aponta para a construção e embate da questão em termos de sociedade para a carreira e salário docente, realizando uma pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas para concluir que o salário dos professores tem significado relativo na valorização do professor público, em especial na construção e trajetória de lutas no seio social. Monlevade (2000) utiliza como estratégia diferenciar o valor do salário na relação capital-trabalho da remuneração paga por fundos públicos, de forma conceitual.

No estudo de Liang (2003) para o Banco Mundial, é apresentado uma análise com relação ao salário dos professores de 12 países da América Latina (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, Panamá, Paraguai, Uruguai e Venezuela) com o objetivo de compreender como se constitui o salário dos docentes em relação aos de outras atividades do mercado de trabalho com escolaridade equivalente, e em que medida a estrutura salarial docente diverge ou não das que compõem às demais atividades profissionais comparadas no estudo. A primeira comparação empreendida pela autora entre os salários anuais dos professores e os de outros setores de atividades com características similares demonstra que o rendimento dos docentes é significativamente menor. As diferenças, por exemplo, tendem a oscilar entre 5% na Colômbia e 37% no Equador. Esta comparação acaba por revelar a diferença, em termos comparativos, no nível de vida dos professores com o de outras profissões e empregos no mercado de trabalho.

Mas Liang (2003) realiza, mais adiante em seu estudo, a comparação do valor da hora trabalhada, inicialmente sem levar em conta as férias, demonstrando que em dez dos 12

⁵ Não é objetivo deste trabalho tratar os atores sociais que tendem a debater sobre a questão da remuneração docente. Para este tema ver o estudo de Gouveia e Souza (2010) com relação aos desafios da luta para a materialização da democracia representativa formal no Brasil na perspectiva de garantir o financiamento e a gestão educacional.

países pesquisados os professores ganham tanto quanto outros profissionais, chegando os docentes a ganharem mais em sete dos 12 países da América Latina. Apesar de que no Brasil e no Equador o valor-hora da remuneração do trabalho docente se mantém abaixo das outras atividades profissionais comparadas. Quando Liang (2003) considera o tempo de férias, embora haja variação em cada país, a autora conclui que os professores têm maior tempo de férias que qualquer outro profissional que atue em outra atividade, mesmo desconsiderando diferenças existentes entre os países que compõem o estudo. Sendo assim, o salário docente tende a ser mais alto do que o de outros trabalhadores com o mesmo nível educacional, além de obter vantagem com maior período de descanso por ano. A conclusão de Liang (2003), em relação aos dados dos 12 países estudados, é que os docentes estariam mais bem remunerados, mesmo havendo discrepâncias quanto à determinação do valor da hora trabalhada. Os dados trabalhados pela autora provêm de bases de dados oficiais disponibilizadas pelos países que compõem a pesquisa. Para análise são utilizadas técnicas de regressão linear e regressão logística.

O trabalho de Morduchowicz (2003) divide-se em duas partes. No texto denominado de principal, o autor apresenta as raízes teóricas do processo de reforma quanto à carreira e remuneração docente, levantando as críticas e contribuições deste processo de reforma. Na segunda parte do estudo, composto de quatro anexos em que se apresenta a problemática do nível absoluto dos salários dos professores na América Latina, Morduchowicz (2003) apresenta algumas experiências de negociações com os representantes dos movimentos docentes; as questões inerentes aos padrões de avaliação dos professores e, por fim, o autor descreve, a partir de dados disponibilizados pelos países, algumas carreiras e estruturas salariais docentes da América Latina. As reformas apresentadas são em um contexto de governos neoliberais e que têm por meta a redução dos gastos do Estado.

O trabalho de Morduchowicz (2003) apresenta a estrutura tradicional de carreira e remuneração dos professores como um impedimento para mudanças no sistema educacional: “[...] não estimulam, promovem o igualitarismo e desanimam, por omissão, a iniciativa docente” (MORDUCHOWICZ, 2003, p. 38). Daí as reformas e tentativas de economistas de implementarem um sistema de avaliação e desempenho para incentivar os professores quanto a dedicação à carreira docente e a assegurar a atração de melhores docentes, acreditando em um sistema de mérito para a carreira e estrutura salarial dos professores. A pesquisa ocorre em um contexto de intenso debate na América Latina das reformas educativas a partir da década de 1990, em especial no processo de avaliação e remuneração por desempenho dos docentes que estavam no bojo dos projetos reformistas. Morduchowicz utiliza revisão bibliográfica para tratar do contexto das reformas educacionais, o que já existe em termos de carreira e remuneração docente, os casos diferenciados da América Latina – como o Chile, por exemplo –, as propostas de mudança na carreira e a pressão por parte dos movimentos sindicais e sociais para o processo de estrutura salarial e carreira docente, em especial na América Latina.

A pesquisa de Oliveira (2004) tem por objetivo discutir as questões relativas à gestão escolar e às condições de trabalho nas escolas a partir das reformas educacionais, buscando compreender o trabalho docente neste contexto. A autora analisa o processo de mudança no Brasil de um referencial nacional-desenvolvimentista para o processo de globalização, sendo que este tende a influenciar os argumentos da Reforma Educacional no caso brasileiro, saindo

do objetivo da redução das desigualdades sociais (década de 1960) para a equidade social (anos de 1990). O trabalho tem como estratégia metodológica a revisão bibliográfica a partir de estudos empíricos anteriores que se utilizaram de dados estatísticos para demonstrar às condições do trabalho docente nas escolas brasileiras. Oliveira (2004) conclui que às mudanças nas formas de gestão e organização do ambiente escolar têm resultado em uma intensificação do trabalho docente, ampliação dos locais de trabalho e com isso maior desgaste e insatisfação por parte dos trabalhadores da educação. Mas, que também, principalmente em função da estrutura salarial e as condições profissionais, os movimentos em defesa aos direitos trabalhistas dos professores têm se tornado mais contundentes. A provável explicação, de acordo com a autora, seria a “[...] precarização das condições de trabalho e de remuneração a que esses profissionais se viram submetidos nos últimos anos” (OLIVEIRA, 2004, p. 1141).

A pesquisa de Castro e Ioschpe (2007) tem por objetivo investigar a problemática em torno dos salários pagos aos professores da América Latina, questionando se a remuneração docente realmente é baixa e se o valor da remuneração estabelece uma relação de importância para a qualidade do ensino. O contexto da pesquisa é a discussão do crescimento e desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, que em busca de alcançar melhor posição junto ao mercado internacional passam a ter como meta prover uma educação de qualidade à população. Os autores utilizam como estratégia de pesquisa a revisão da literatura, em especial os trabalhos empíricos que têm como foco de análise os países da América Latina, centrando-se em duas pesquisas que contêm dados de pesquisas domiciliares nacionais nos países da América Latina: Liang (1999) e Hernani-Limarino (2005). A discussão de Castro e Ioschpe (2007) demonstra que o salário inicial do magistério é alto, mas que há poucos aumentos, em termos salariais, com a escolaridade adicional ao longo do tempo e experiência, permitindo aos autores supor que as pessoas que optam pela carreira docente busquem segurança, estabilidade e um ambiente menos competitivo.

O trabalho de Moriconi e Marconi (2008) avalia a questão do salário docente na dimensão da atratividade para a carreira. O debate ocorre no contexto de discussão da qualidade da educação ofertada, repensando o professor como fundamental no processo de ensino. A pesquisa utiliza da revisão bibliográfica e da pesquisa quantitativa a partir da decomposição dos rendimentos em grupos de comparação dos dados da PNAD (IBGE) no período de 1995 a 2006, com o uso da metodologia de Oaxaca. Moriconi e Marconi (2008) demonstram que os dados, quanto aos rendimentos dos professores da educação básica pública brasileira ao longo do período de análise, em comparação ao rendimento de outros profissionais, tornam a carreira docente não atrativa, o que faz com que os melhores discentes escolham outras carreiras ao invés do magistério.

A pesquisa de Pinto (2009) tem por objetivo discutir, a partir de dados de outros países e de outros profissionais com nível de formação equivalente, a situação salarial dos professores no Brasil. O contexto da discussão é com relação à constitucionalidade da Lei do PSPN⁶ em termos de instituir em nível nacional um valor mínimo para a remuneração do magistério na

⁶ O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou no Diário da Justiça no dia 24 de agosto de 2011, o acórdão sobre o julgamento de mérito da ação direta de inconstitucionalidade (ADIn 4.167), sobre a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), declarando constitucional a Lei nº 11.738/2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=626497>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

educação básica. Quanto a metodologia, Pinto (2009) realizou pesquisa documental e bibliográfica, além de uma pesquisa quantitativa com os valores médios da remuneração para um conjunto de profissões no Brasil em 2006, a partir dos dados da PNAD (IBGE). A conclusão do trabalho é de que o Estado Brasileiro possui, na realidade tributária atual, condições de atender a uma valorização salarial do magistério e dar à profissão docente prestígio social. O autor ressalta que quanto se fala em valorização salarial, não é no sentido de pagar um valor acima, mas sim de garantir um valor equivalente ao pago em outras profissões quando em comparação para a escolha do indivíduo no mercado de trabalho.

O estudo de Camargo et al. (2009) tem por objetivo analisar as relações entre dados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), indicadores econômicos e remuneração docente para discutir a remuneração do magistério e o financiamento da educação. O contexto da discussão é da implantação do PSPN e o impacto da política pública de financiamento da educação baseada em um fundo público, o Fundef. A estratégia metodológica foi de pesquisa documental; bibliográfica; quantitativa a partir dos dados salariais proveniente dos sindicatos de base e de entidades filiadas à CNTE, no período de 1997 a 2007; dados dos valores aluno-ano do Fundef e dados de indexadores econômicos, como INPC; IGP-DI e salário-mínimo.

A conclusão do estudo é de que existe uma grande variação de remuneração docente nos diversos níveis da administração pública, o que tende a se acentuar devido às desigualdades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras. Camargo et al. (2009) conclui que o Fundef não impactou de forma eficiente com relação a minimizar as desigualdades brasileiras com relação ao acesso dos recursos educacionais disponíveis em cada localidade. E que a remuneração docente precisa ser estudada de forma mais profunda no sentido de compreender a concepção e formação da mesma, determinando os diversos fatores, tanto externos quanto internos, que tendem a impactar no salário pago aos profissionais do magistério da educação básica pública brasileira.

A pesquisa de Rabelo (2010) tem por objetivo averiguar os motivos da escolha profissional dos professores, considerando a remuneração como um ponto fundamental neste processo de decisão. O contexto da discussão é a remuneração compreendida como um dos pontos que pode influenciar a escolha da carreira profissional do indivíduo, podendo gerar no futuro insatisfação com o exercício da função. A estratégia metodológica da autora foi de pesquisa bibliográfica e de dados empíricos de uma pesquisa comparativa, qualitativa e quantitativa a partir de questionários e entrevistas aplicadas aos indivíduos do sexo masculino no Rio de Janeiro e em Aveiro, Portugal. A conclusão do estudo é de que não há unanimidade sobre a profissão docente ser boa ou ruim, mesmo dentro das localidades partilhadas entre os respondentes, e que a referência (prestígio social e rentabilidade) em termos de discussão do salário do professor ser bom ou ruim importa. A questão do prestígio social e a rentabilidade se modificaram em termos de referência para a escolha da profissão ao longo da história, tanto de Portugal quanto do Brasil. Segundo Rabelo “[...] os professores brasileiros tinham prestígio social que contrastava com sua remuneração, prestígio proveniente do saber que detinham, o que aconteceu também em Portugal até o fim do Estado Novo, quando seu papel é exaltado [...]” (RABELO, 2010, p. 75).

O estudo de Louzano et al. (2010) objetiva identificar os problemas que o Brasil encontra para selecionar e contratar bons professores. De acordo com o estudo, há poucos incentivos

financeiros para que os melhores alunos do ensino médio se tornem docentes. O contexto de discussão da pesquisa é de que o Brasil tende a atrair os sujeitos com baixo rendimento acadêmico e com perfil socioeconômico mais baixo para os cursos de formação de professores. Assim, a discussão centra-se na garantia de qualidade da educação, já que um dos aspectos para os autores é de que atrair os melhores alunos para a carreira docente constitui item importante para que se possa discutir a qualidade da educação pública almejada. Em termos metodológicos, a pesquisa utiliza-se de dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) em 2005, comparando estudantes de Pedagogia com estudantes de Engenharia. Para Louzano “[...] Engenharia e Pedagogia são duas áreas de estudo que gozam de status bastante diferente na sociedade brasileira e tradicionalmente atraem indivíduos de grupos socioeconômicos muito distintos” (LOUZANO et al., 2010, p. 551). Com relação ao nível salarial, o estudo utiliza os dados da PNAD (IBGE) do trabalho de Moriconi (2008).

Os autores concluem que as disparidades salariais entre os professores do setor público e as demais carreiras vêm diminuindo ao longo dos anos, apesar de aqueles com nível superior ainda receberem, em média, salários mais baixos do que outros profissionais, tanto do setor público como do privado. E a diferença aumenta de forma significativa considerando os anos de experiência para o ganho salarial. Segundo Louzano: “De qualquer forma, o salário inicial de um professor do setor público ainda é mais baixo que o de outras carreiras. A essa baixa remuneração soma-se o baixo status social da carreira” (LOUZANO, 2010, p. 563).

O artigo de Camargo e Jacomini (2011) objetiva analisar os aspectos legais enquanto demarcações para as discussões sobre os planos de carreira e de salários do pessoal docente da educação básica. O contexto da pesquisa é de que a partir do século XX há uma preocupação nacional e internacional com relação à desvalorização da profissão docente e que se constata que em períodos democráticos são mais profícuos as discussões quanto à carreira e remuneração docente. Em termos metodológicos, realizou-se uma pesquisa documental, a partir de documentos de conferências internacionais e documentos de marcos legais brasileiros. A conclusão do estudo é a de que houve alteração com relação às orientações de documentos internacionais em itens que dispunham sobre a implantação de planos de carreira e remuneração dos docentes para os diferentes países, sendo atualmente documentos mais de caráter “[...] genérico, simplificador e pobre no trato da condição docente” (CAMARGO; JACOMINI, 2011, p. 160). Já no caso brasileiro, os documentos legais que tratam do plano de carreira e remuneração do magistério se fazem presentes desde a época do Império, tanto em âmbito constitucional ou infraconstitucional. Sendo que, de acordo com os autores, nos períodos da história brasileira em que prevaleceram os regimes democráticos também se encontra na legislação previsão explícita quanto aos aspectos relativos à condição docente. Assim, “[...] denotando que nos períodos democráticos há uma ascensão das mobilizações docentes em termos da Educação Nacional, e as inscrições constitucionais, de certa forma, refletem tal configuração política” (CAMARGO; JACOMINI, 2011, p. 160).

O livro de Gatti et al. (2011) objetiva contribuir para os debates sobre as políticas docentes e subsidiar ações mais integradas que contribuam para superar entraves que vêm sendo identificados, com vistas à valorização do magistério e à melhoria da qualidade da educação. O contexto é de que há uma discussão da política nacional para a formação inicial e continuada de professores no Brasil, com uma perspectiva da construção local para a carreira,

progressão e avaliação do magistério dentro da perspectiva do pacto federativo brasileiro. Além disso, para os autores, a carreira e a remuneração são perspectivas importantes porque se vinculam diretamente com as políticas de financiamento da educação e com a garantia de qualidade almejada para o sistema de ensino público.

A estratégia metodológica utilizada no trabalho de Gatti et al. (2011) foi de revisão da literatura, demonstrando o “estado da arte” com relação às políticas docentes. Realizaram-se estudos de caso em cinco secretarias estaduais de educação e dez secretarias municipais de educação distribuídas pelo Brasil, além de dados da PNAD (IBGE) de 2006. Com relação à carreira e salário dos professores da educação básica, este ponto é tratado mediante exames de planos de carreira obtidos junto às Secretarias Estaduais e Municipais e contempla dados das diferentes regiões do país. A análise indica que os ajustes em relação ao que a legislação em âmbito federal tem tratado não foram incorporados pelas legislações de vários estados e municípios brasileiros. Os autores indicam que, em relação a arcar com as despesas necessárias para a valorização salarial da docência, é preciso um processo de articulação mais eficaz entre a União, estados e municípios no sentido de garantir melhorias no financiamento da educação e de assegurar políticas de estado de forma efetiva para a remuneração do magistério na educação básica.

O artigo de Alves e Pinto (2011) objetiva descrever algumas características do trabalho docente e comparar a remuneração dos professores à de outros profissionais com o mesmo nível de formação. O contexto da pesquisa é de discussão das políticas públicas educacionais, colocando o professor como centro dos resultados educacionais; além de se discutir a implantação do PSPN e a remuneração como fator de valorização para o profissional do magistério. A estratégia metodológica do artigo é a pesquisa bibliográfica, a pesquisa quantitativa com o uso de microdados da PNAD e do Censo Escolar (Inep) de 2009, sendo que para análise dos microdados utilizou-se técnicas descritivas e inferenciais para analisar a formação, as condições de trabalho e a remuneração dos docentes brasileiros. A conclusão do trabalho é de quanto à formação, um terço dos professores do ensino fundamental e 50% da educação infantil não são formados em nível superior, como positiva a LDB (Lei nº 9.394/1996). Com relação às condições de trabalho, um expressivo número de docentes trabalha em mais de uma escola e leciona para um grande número de alunos por turma, o que tende a influenciar nos resultados educacionais e na qualidade da educação. Já com relação à remuneração, o estudo demonstra que o nível socioeconômico dos professores e o rendimento de seu trabalho tende a ser menor que a de outros profissionais com nível de formação equivalente ou mesmo inferior.

O trabalho de Barbosa (2012) objetivou analisar e compreender as implicações da baixa remuneração para o trabalho docente. Para isto, o estudo utilizou de pesquisa bibliográfica e documental, além de dados da PNAD (IBGE) de 2008. O contexto da pesquisa é a discussão das condições de trabalho e as consequências para o indivíduo, para a escolha da carreira e permanência na mesma, tendendo a impactar sobre a qualidade da educação. A conclusão do artigo é de que a maioria dos estudos e documentos analisados na pesquisa aponta para o mesmo sentido de que os baixos salários tornam a profissão docente pouco atrativa, dificultando o recrutamento e a retenção de docentes no exercício da profissão. A autora aponta para as consequências dos baixos salários também para o professor enquanto indivíduo, e não apenas para a profissão. Sendo este um ponto com implicações diretas para

a qualidade do trabalho desenvolvido pelo professor. Barbosa destaca que: “[...] o padrão de remuneração do professor acentua a desvalorização social desse profissional que, dada a sua condição de pauperização, passa a se sentir insatisfeito e frustrado por pertencer a uma profissão que não tem reconhecimento financeiro e social” (BARBOSA, 2012, p. 403).

A pesquisa de Neri (2013) objetivou determinar os ganhos trabalhistas de diferentes carreiras universitárias, montando um ranking destas carreiras a partir do salário, jornada de trabalho, taxa de ocupação e cobertura previdenciária. Em termos de método, trata-se de uma pesquisa quantitativa que utiliza o modelo sobre impactos da educação a partir de equações mincerianas de salário, com os dados do Censo Demográfico (IBGE) de 2010. O contexto da pesquisa é de repensar a forma como o mercado valoriza as diferentes profissões, já que há uma decisão pública em financiar a educação superior no Brasil a partir de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (Prouni) ou até mesmo a abertura de novas faculdades. A conclusão do trabalho é a de que no ranking trabalhista construído na pesquisa o curso de medicina, odontologia e as engenharias estão no topo em termos de carreira para o salário, jornada de trabalho, taxa de ocupação e cobertura previdenciária. A educação e formação de professores ocupam a 21ª posição no ranking das carreiras universitárias e mercado de trabalho.

O artigo de Barbosa (2014) objetiva discutir a relação existente entre salários docentes, financiamento e qualidade da educação básica no Brasil. Metodologicamente é uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental. O contexto da pesquisa é de implantação do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) para viabilizar a valorização salarial dos professores, além do ambiente de discussão do novo PNE no Congresso Nacional. A conclusão é de que o salário dos professores é baixo, quando comparado a remuneração de outros profissionais que também se exige a formação superior para o exercício da profissão. A autora também conclui que o nível de melhoria da educação pública exige um aumento dos recursos destinados à educação, sendo que para a gestão pública o salário dos professores representa grande parte deste montante. De acordo com Barbosa (2014), “[...] as pesquisas que afirmam não haver relação entre o quanto se investe em educação e a qualidade apresentada têm servido para legitimar os baixos salários”.

A pesquisa de Nascimento et al. (2014) objetiva discutir se as rotas institucionais para o exercício das carreiras do magistério da educação básica são eficazes no país e o que poderia ser feito para incrementá-las neste sentido. Em termos metodológicos, a pesquisa é de caráter bibliográfico e documental. São utilizados dados do INEP, IBGE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para comparação em nível superior na grande área da educação em curso de licenciatura, bacharelado e tecnólogo. Os dados são analisados em termos da adequação da titulação docente com dados dos docentes da rede estadual de ensino médio. O contexto da pesquisa é a discussão da meta do PNE (2001-2010) que não foi cumprida no sentido de que a população brasileira entre 18 e 24 anos que frequentasse um curso terciário deveria atingir 30%, sendo que em 2010 o índice não chegou nem a metade disso de acordo com os dados apresentados na pesquisa. A conclusão do trabalho é de que o Brasil é o país que mais forma graduados em educação em termos mundiais, no entanto, não apresenta indícios de excesso de oferta destes profissionais no mercado de trabalho. A questão da remuneração acaba por ser um fator de não atratividade da carreira.

O que se pode concluir, a partir da breve revisão bibliográfica apresentada, é que a escolha do método de análise dos dados é fator relevante para as conclusões dos estudos, ou seja, para se concluir se o professor é ou não mal remunerado.

Um traço comum nas pesquisas analisadas é o destaque quanto à dificuldade de mensurar o salário dos professores para a comparação com os de outras categorias profissionais. Pinto (2009) considera como um erro metodológico não considerar a especificidade do magistério, ou seja, as horas efetivamente trabalhadas (dentro e fora da sala de aula) pelos docentes em comparação com os outros profissionais não docentes na proposição do salário-hora.

Os trabalhos empíricos na temática do salário do professor brasileiro acabam por demonstrar a não valorização salarial do trabalho docente ao longo do período de expansão da oferta de ensino para a população (RABELO, 2010), reforçando as diferenciais salariais entre regiões e as concepções quanto ao gênero para o magistério (ALMEIDA, 2004).

Assim, as conclusões dos trabalhos analisados focam nas duas vertentes já levantadas: estudos que confirmam, por meio de análise de dados empíricos e revisão bibliográfica, a baixa remuneração docente que impacta sobre diferentes referenciais como a precarização do trabalho na educação básica, atratividade da carreira docente, condições de trabalho e qualidade da educação (OLIVEIRA, 2004; MORICONI; MARCONI, 2008; PINTO, 2009; CAMARGO et al., 2009; RABELO, 2010; LOUZANO et al., 2010; CAMARGO; JACOMINI, 2011; GATTI et al., 2011; ALVES; PINTO, 2011; BARBOSA, 2012; NERI, 2013; NASCIMENTO et al., 2014) e pesquisas que concluem que o profissional docente percebe melhor remuneração do que outros profissionais, em especial por dedicar menor tempo ao desenvolvimento do trabalho docente e por possuir férias por períodos mais longos que dos demais trabalhadores (LIANG, 2003; CASTRO; IOSCHPE, 2007).

Os trabalhos de Oliveira (2004) e de Camargo et al. (2009), propõe uma linha de pesquisa centrado nas condições precárias de trabalho e as perdas salariais dos professores ao longo do tempo, com variações salariais em cada Estado brasileiro.

Podemos considerar que assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho-salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriundas dos processos de reforma do Aparelho do Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004, p. 1141).

Desta forma, o que se pode concluir é que as proposições com relação à necessidade de repensar a remuneração dos docentes coadunam com a ideia de gasto público e financiamento da política social como forma de multiplicar o crescimento da economia na sociedade brasileira, conforme a proposta do trabalho de Castro (2012). Sendo assim, as ações empreendidas pelo Estado refletem diretamente na articulação e perspectiva da política nacional da educação, marcada legalmente por processos de desvalorização e revalorização do trabalho docente e da educação pública e gratuita para todos.

Neste sentido, historicamente, apesar de haver previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro, Lei nº 5.692/71⁷, para planos de carreira do magistério, no Brasil não houve uma estruturação para o ingresso e desenvolvimento do docente na carreira, o que abriu espaço para uma baixa remuneração e contratos de trabalhos precários⁸, colocando os professores em situação de vulnerabilidade social⁹. O movimento de trabalhadores da educação resultou em algumas modificações em termos de previsão legal para que iniciasse um processo de valorização da carreira e remuneração dos docentes. Assim, ficou prevista a valorização profissional com remuneração digna e plano de carreira no artigo 67 da LDB (Lei nº 9.394/96), combinando, posteriormente, a Lei nº 9.424/96 e a Resolução 03/97 da Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), no sentido de afirmar a importância da estruturação da carreira e da remuneração dos profissionais de educação. Outro conjunto de políticas veio com o objetivo de valorizar o professor, tal como o Fundeb (Lei nº 11.494, de 2007), o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN – Lei nº 11.738, de 2008), as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Resolução CNE/CEB 02, de 2009), a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto 6.755, de 2009), o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014), mas não ocorreu um debate e explícita discussão sobre as condições do trabalho docente na educação básica, tão pouco sobre remuneração nos termos do mercado capitalista ao qual os brasileiros estão inseridos,

⁷ A Lei 5.692/71 foi revogada pela Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que passou a tratar e dar os parâmetros das diretrizes e bases da educação nacional.

⁸ Contratos de trabalhos precários são analisados neste ponto a partir da abertura realizada pela administração pública no caso de contratação de novos docentes. Trata-se de contratos de trabalho por período de tempo limitado, definido por ocasião da contratação, que caracteriza um dos possíveis vínculos trabalhistas mantidos entre as escolas públicas de educação básica e seus docentes. O período de tempo da manutenção do contrato varia conforme a necessidade da administração pública seja esta municipal ou estadual, definida previamente quando da publicação em Diário Oficial. As obrigações dos professores em regime de contrato por tempo determinado são as mesmas que aquelas dos docentes efetivos: ensino, atividade de planejamento pedagógico e orientação. Professores admitidos por contrato por tempo determinado passam por processo seletivo semelhante àquele por que passam os docentes concursados e efetivos, mas não possuem o mesmo amparo legal em termos de proteção para o trabalho, uma vez que só há duas formas de regimes de contratação juridicamente aceitáveis: professores admitidos por concurso público e amparados pela Constituição Federal de 1988, e o dos empregados regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Assim, um dos elos para a manutenção de um ambiente equilibrado de trabalho que é a confiança acaba por ser quebrada com os contratos precários de trabalho. Uma análise da questão a partir da leitura de Fourcade e Healy (2007) pode-se compreender que os contratos temporários de trabalho na educação básica se alinham com a proposta de um mercado liberal que encoraja as virtudes pessoais como integridade, esforço, comportamento civilizado, além de fornecer incentivos e oportunidades para que as pessoas se integrem a este mercado, mesmo que por vezes signifique ignorar regras previamente estabelecidas na esfera pública.

⁹ A vulnerabilidade social está compreendida neste estudo como aquela ligada a questões econômicas e sociais de pobreza estrutural e conjuntural (pobreza estrutural aquela intrínseca aos indivíduos que nascem pobres e tendem a permanecer nesta situação, já a pobreza conjuntural é aquela em que por questões externas o indivíduo pode se encontrar em situação de pobreza, tendendo a ser momentânea em alguns casos), ou seja, situação em que as relações sociais e econômicas existentes dentro de uma determinada sociedade são agravadas por crises e dão descontinuidade em processo de crescimento, seja econômico ou social. Assim, no caso da educação pública brasileira este conceito de vulnerabilidade social, em especial com o olhar sobre o profissional de educação, tende a estar relacionado à situação de que a educação não é vista como profissão e sim vocação, não sendo necessário discutir questões salariais, formação de carreira e até mesmo valorização do profissional, já que socialmente está difundido no imaginário social que o professor é alguém com crédito no ensino e que o faz por devoção ao outrem. Questão também relacionada à matriz de formação cultural e religiosa do país, ressaltando que a educação brasileira por diversos períodos em sua história só foi ofertada pela igreja católica. Para melhor compreensão de vulnerabilidade social ver Moser (1998) e sobre o processo de formação da elite brasileira para compreensão das escolhas na esfera pública ver Weffort (2006).

ainda que pese a implicação direta na valorização docente e na universalização e gratuidade da educação obrigatória, de 4 a 17 anos (EC nº 59, de 2009).

Considerações finais

Nesse sentido, fica evidente o percurso de luta pela valorização do magistério público no Brasil, por vezes influenciados por organismos internacionais e por estudos de comparação entre países da América Latina. Entretanto, a previsão por parte da administração pública quanto ao debate da remuneração docente ocorrem a partir da segunda metade do século XX (BITTAR; BITTAR, 2012), em resposta aos movimentos e mobilização pela educação pública brasileira que entendem como um dos elementos para a qualidade o financiamento condigno da remuneração docente da educação pública. A partir da revisão da literatura, o que se depreende da análise dos estudos buscados é que o salário dos professores da educação básica é uma questão controversa e com diferentes vértices de pesquisas. Afinal, não é apenas na mídia ou no processo histórico que se debate o salário dos docentes (PINTO, 2009). No âmbito acadêmico há crescentes embates em torno da remuneração do magistério, sendo que estes se concentram em duas correntes: os que defendem a tese de que os professores no Brasil ganham mal e os que buscam provar que os professores não ganham mal. O estudo de Barbosa (2014) demonstra que as pesquisas empíricas pautadas no salário dos docentes no Brasil estão relacionadas a duas grandes áreas do conhecimento: a educação e economia. Neste sentido, pesquisas na seara educacional vinculam qualidade da educação, valorização salarial dos professores, atratividade da carreira docente e financiamento público como pontos centrais na discussão para a melhoria da escola pública brasileira (MORICONI; MARCONI, 2008; ALVES; PINTO, 2011; BARBOSA, 2012). Já os estudos no âmbito da economia tendem a se centrar no salário-hora dos docentes e o impacto da remuneração dos professores sobre o desempenho dos alunos (LIANG, 2003; CASTRO; IOSCHPE, 2007). A apresentação dos artigos empíricos encontrados por meio da revisão sistemática possibilita compreender que se encontra em disputa as diferentes concepções a cerca da carreira e remuneração docente, que defendem teses contraditórias em um diagnóstico da atual situação dos docentes: de um lado a análise de que os professores são bem remunerados em comparação com outras atividades laborais, e, de outro, de que os docentes são mal remunerados. O que de fato fica marcado é que a escolha metodológica importa na comparação para se propor desenhos alternativos quanto à carreira e remuneração dos professores, em especial no caso brasileiro.

Para possibilitar uma remuneração condigna ao professor da educação básica pública é necessário que o mesmo passe a ser um projeto da sociedade brasileira, da escola, dos docentes e do valor e qualidade a ser atribuído à educação, com respaldo e debate na arena política entre gestores públicos, sindicatos e sociedade civil. Além de discutir mecanismos e garantias de financiamento público da educação básica, já que este ponto é fundamental para se consubstanciar a valorização salarial dos docentes.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 59-108.

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 606-639, maio/ago. 2011.

BARBOSA, Andreza. Implicações dos baixos salários para o trabalho dos professores brasileiros. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 384-408, jul./dez. 2012.

BARBOSA, Andreza. Salários docentes, financiamento e qualidade da educação no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 39, n. 2, p. 511-532, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Revista Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, jul./dez. 2012.

BORBA, José Vanderlei Silva. Administração e gestão pública: reflexões e discussões. In: MELLO, Simone Portella Teixeira de (Org.). **Administração pública contemporânea: temas para o debate**. Pelotas: Editora UFPEL, 2012. p. 14-28.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 11 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 23 fev. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1998. Publicação do Senado Federal. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.ppd>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 26 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm>. Acesso em: 24/03/2015.

BRASIL. Resolução nº 3, de 8 de outubro de 1997. Conselho Nacional de Educação, Câmara da Educação Básica. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 13 out. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras

providências. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 30 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009. Conselho Nacional de Educação, Câmara da Educação Básica. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, § 1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 29 maio 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do artigo 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação § 4º do artigo 211 e ao § 3º do artigo 212 e ao caput do artigo 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 12 nov. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso 22 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 112-116, jan./mar. 2010.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; GOUVEIA, Andréa Barbosa; GIL, Juca; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, ANPAE, v. 25, n. 2, p. 341-363, maio/ago. 2009.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; JACOMINI, Márcia Aparecida. Carreira e salário do pessoal docente da educação básica: algumas demarcações legais. **Revista Educação em Foco**, Belo Horizonte, ano 14, n. 17, p. 129-167, jul. 2011.

CASTRO, Claudio de Moura; IOSCHPE, Gustavo. La remuneración de los maestros en América Latina: ¿Es baja? ¿Afecta la calidad de la enseñanza? **Documento PREAL**, Washington, n. 37, p. 1-22, jan. 2007. Disponível em: <http://www.oei.es/docentes/articulos/articles-122754_archivo_pdf.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota Técnica. **Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica**. N° 14, out. 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

FOURCADE, Marion; HEALY, Kieran. Moral views of market society. **Annual Review of Sociology**, v. 33, p. 285-311, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo de. Perspectivas e desafios no debate sobre financiamento e gestão da educação: da CONAE a um novo PNE. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 789-807, jul./set. 2010.

HERNANI-LIMARINO, Werner. Are Teachers Well Paid in Latin America Countries? Relative Wage and Structures of Returns of Teachers. In: VEGAS, Emiliana (Org.). **Incentives to Improve Teaching: lessons from Latin America**. Washington, D.C.: World Bank, 2005.

LIANG, Xiaoyan. Teacher Pay in 12 Latin Countries: How does teacher pay compare to other professions, what determines teacher pay, and who are the teachers? **LCSHD Paper Series**, Washington, D.C., World Bank, n. 49, 1999.

LIANG, Xiaoyan. Remuneración de los docentes en 12 países latinoamericanos: quiénes son los docentes, factores que determinan su remuneración y comparación con otras profesiones. **Documento PREAL**, Washington, n. 27, p. 1-38, ago. 2003. Disponível em: <http://www.preal.org/BibliotecaN.asp?Pagina=3&Id_Carpeta=64&Camino=63|PrealPublicaciones/64|PREAL%20Documentos>. Acesso em: 27 mar. 2015.

LOUZANO, Paulo; ROCHA, Valéria; MORICONI, Gabriela Miranda; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação docente no Brasil. **Revista Estudos de Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 543-568, set./dez. 2010.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra; CAMARGO, Rubens Barbosa de; JACOMINI, Maria Aparecida. Financiamento da educação e remuneração docente na educação básica: uma abordagem a partir de planos de carreira, vencimentos e composição remuneratória em 2010. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 1-35, 2012.

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. **Valorização Salarial dos Professores: o papel do Piso Salarial Profissional Nacional como instrumento de valorização dos professores da**

educação básica pública. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MORDUCHOWICZ, Alejandro. Carreira, Incentivos e Estruturas Salariais Docentes. **Documento PREAL**, Brasil, n. 23, p. 1-60, jun. 2003. Disponível em: <http://www.oei.es/docentes/articulos/carreras_incentivos_estructuras_salariales_docentes_mmorduchowic_portugues.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

MORICONI, Gabriela Miranda. **Os Professores Públicos são mal Remunerados nas Escolas Brasileiras?** Uma análise da atratividade da carreira do magistério sob o aspecto da remuneração. 2008. 82 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

MORICONI, Gabriela Miranda; MARCONI, Nelson. Os professores públicos são mal remunerados nas escolas brasileiras? Uma análise da atratividade da carreira do magistério sob o aspecto da remuneração. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008.

MOSER, Caroline. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, Washington D.C, World Bank, v. 26, n. 1, p. 1-19, 1998.

NASCIMENTO, Paulo Augusto Meyer Mattos; SILVA, Carolina Andrade; SILVA, Paulo Henrique Dourado da. Subsídios e proposições preliminares para um debate sobre o magistério da educação básica no Brasil. **RADAR – tecnologia, produção e comércio exterior**. Edição especial: formação profissional e mercado de trabalho (nº. 32). Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/radar/140508_radar32.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2015.

NERI, Marcelo. Escolhas universitárias e performance trabalhista. **RADAR – tecnologia, produção e comércio exterior**. Ipea, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/radar/130703_radar27_cap1>. Acesso em: 29 mar. 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67, jan./jun. 2009.

RABELO, Amanda. A remuneração do professor é baixa ou alta? Uma contraposição de diferentes referenciais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 57-88, abr. 2010.

SAMPAIO, Rosana F.; MANCINI, Marisa C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.

Greyce Lara Pereira é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás (PPGADM/FACE/UFG) – linha de Administração Pública e Políticas Públicas.

E-mail: greycelarapereira@yahoo.com.br

Thiago Alves é Doutor em Administração. Professor do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná (DEPLAE/UFPR) e do PPGADM/FACE/UFG – linha de Administração Pública e Políticas Públicas.

E-mail: thiagoalves.statpolis@gmail.com

Recebido em 20 de julho de 2015

Aprovado em 05 de dezembro de 2015

Editores do volume 5

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil

Nalú Farenzena – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

Comitê Editorial

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, Brasil

Juca Gil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Theresa Adrião – Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Ângelo Ricardo de Souza – Universidade Federal do Paraná, Brasil

Márcia Aparecida Jacomini – Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz

Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina

Fernanda Saforcada

Universidade de Buenos Aires, Argentina

Jacques Velloso

Universidade de Brasília, Brasil

João Monlevade

Senado Federal, Brasil

Jorge Abrahão de Castro

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil

Juca Gil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Lisete Regina Gomes Arelaro

Universidade de São Paulo, Brasil

Luis Carlos Sales

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Luiz de Sousa Junior

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Luiz Fernandes Dourado

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Magna França

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Beatriz Luce

Universidade Federal do Pampa, Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Marcos Edgar Bassi

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Maria Dilnéia Espíndola Fernandes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Nalú Farenzena

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Nelson Cardoso do Amaral

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Nicholas Davies

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Rosana Evangelista Cruz

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rosana Gemaque

Universidade Federal do Pará, Brasil

Robert E. Verhine

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Romualdo Portela de Oliveira

Universidade de São Paulo, Brasil

Theresa Adrião

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Tristan McCowan

University of London, Reino Unido

Vera Jacob

Universidade Federal do Pará, Brasil

Vera Peroni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vitor Henrique Paro

Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Projeto gráfico: Tiago Tavares

Diagramação, Revisão de português e normalização: Edson Leonel de Oliveira

Revisão de inglês: Ananyr Porto Fajardo

Fineduca – Revista de Financiamento da Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre/RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: jmrpinto@ffclrp.usp.br | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>